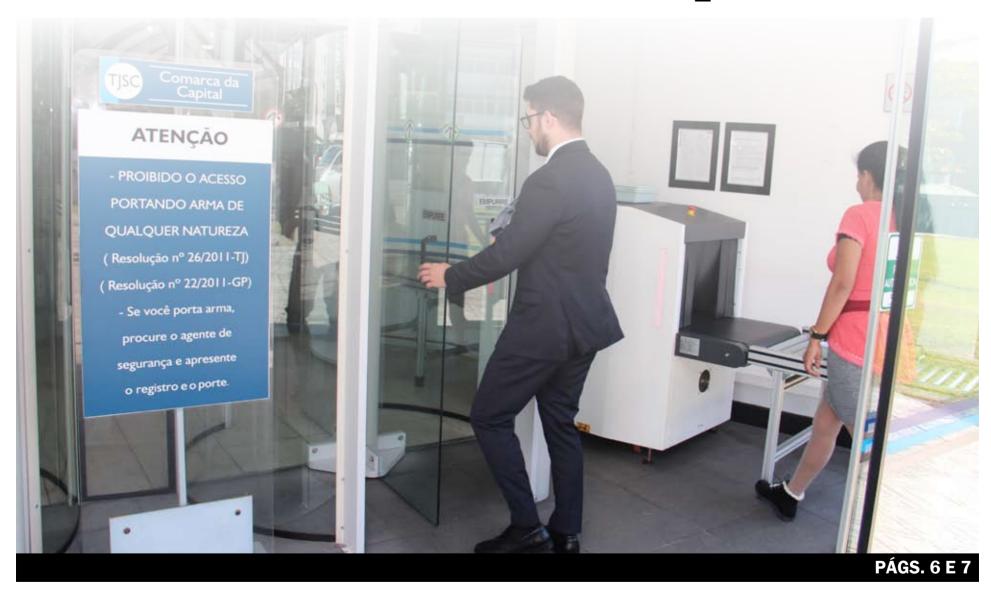
O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO XI - Nº 85 - JULHO DE 2017 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC RUA DOS BAMBUS, 116, ITACORUBI - FPOLIS (SC) 88034-570

ESPECIAL

Tecnologia amplia segurança no Fórum da Capital



DIREITO DE FAMÍLIA

Encontro debate alienação parental em Balneário Camboriú

PÁG. 9

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória da Juíza Maira Salete Meneguetti

CONTRACAPA

CHAPECÓ

Vara de Execuções
Penais inova
com mutirão por
videoconferência

PÁG. 8

EDITORIAL

Tecnologia a serviço do Judiciário

pesar das limitações de ordem orçamentária, o Poder Judiciário de Santa Catarina vem investindo em tecnologia com o propósito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados. Ainda há muito que fazer e melhorar para atender plenamente as necessidades de trabalho dos Magistrados catarinenses. Contudo, já se vê algumas iniciativas promissoras, que de alguma forma têm contribuído para facilitar e agilizar o trabalho nas diversas comarcas do Estado.

Nesta edição de O Judiciário, apresentamos pelo menos três exemplos de bom uso de ferramen-

tas e equipamentos que auxiliam sobremaneira o trabalho dos nossos Magistrados. É o caso da videoconferência, utilizada pelo Juiz Gustavo Marchiori durante um mutirão prisional para fiscalizar processos e as condições de detentas da comarca de Chapecó.

Outra iniciativa interessante é o uso do aplicativo whatsapp nas intimações judiciais. No final do mês de julho, o Juiz Jeferson Isidoro Mafra, da comarca de Blumenau, participou de um programa de rádio em Florianópolis, oportunidade em que explicou como funciona o sistema em sua unidade.

Já na comarca da Capital, a novi-

dade é a implantação de um aparelho scanner, tal e qual os utilizados em aeroportos, por exemplo, que serve para vistoriar bolsas e pastas daqueles que ingressam no local. A

(...) o Poder Judiciário de Santa Catarina vem investindo em tecnologia com o propósito de aprimorar a qualidade dos serviços

medida, de caráter experimental, faz parte das ações do Conselho de Segurança Institucional (CSI) do Poder Judiciário, coordenado pelo Desembargador Altamiro de Oliveira, para ampliar a segurança de Magistrados, Servidores e Jurisdicionados. A tecnologia tem dificultado ainda mais o ingresso de objetos perigosos no Fórum, reconhecido como o de maior movimento no Estado - em pouco mais de dois meses, já registrou diversas armas brancas e até mesmo uma pistola.

Essas e outras iniciativas tem como foco a melhoria na qualidade da prestação jurisdicional e reforça, acima de tudo, o compromisso da Justiça catarinense com os milhares de cidadãos que utilizam seus serviços.

[MEMÓRIA]



Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC)

se apresenta durante a festa em comemoração aos 50 anos de fundação da entidade, realizado na sede balneária, na Cachoeira do Bom Jesus, no dia 12 de março de 2011.

AMC
Associação dos
Magistrados
Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570 (48) 3231-3006 imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho **1º Vice-Presidente** - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer **2º Vice-Presidente** - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo Diretor Adjunto - Juiz Renato

Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano IX - nº 85 - Julho de 2017

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável Fabrício Severino/SC01061-JP Produção, Textos e Edição Fabrício Severino

Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico

Karina Schovepper

Colaboração

Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGO

Sobre o tempo e a saúde

Francisco Xavier Medeiros Vieira

Desembargador aposentado

Eu tenho 85 anos e me sinto bem. Quando criança e espiava o meu avô materno na cadeira de balanço, com aquele olhar de quem tinha visto o mundo e vivido todos os mistérios, eu o achava muito interessante. E velho, velhíssimo. Jamais pensei em chegar à idade dele.

Meu avô morreu com 80 anos. Toda família ficou triste com essa morte, mas houve uma aceitação natural, porque ele tinha superado, e muito, a expectativa de vida que, no começo do século XX, nos países mais desenvolvidos, não passava dos 40 anos.

Por isso, fico intrigado quando ouço as pessoas dizerem que antigamente era melhor. Melhor em que sentido? Talvez tivesse menos bandalheira na política e menos violência nas ruas, os professores eram mais valorizados e respeitados, mas havia ainda mais machismo, mais racismo, mais homofobia, mais analfabetos e muito mais dificuldade em se aceitar o diferente.

Sem falar que não existia antibiótico, analgésico, Raio-X, GPS, nem todas estas incríveis e revolucionárias ferramentas de comunicação.

Nós temos a tendência de idealizar o passado. Há algo em nossa memória que esquece ou minimiza os problemas pretéritos. Temos também o hábito de valorizar o que se perdeu. É como se diz por aí: "eu era feliz e não sabia". Existe frase mais infeliz?

A partir do momento em que a gente aceita a impossibilidade de controlar as transformações da vida, quando aceitamos as dúvidas sem respostas, as dores sem cura, as perdas e incompreensões como parte dessa grande aventura, tudo tende a ficar um pouco mais leve.

O grande segredo - não é segredo nenhum, muita gente já falou sobre isso, - é viver o agora. É se ater ao presente, é curtir o momento, como se fosse único. Não são os grandes feitos, os cargos, as posses e as coisas materiais que nos trazem felicidade. São os momentos compartilhados em que percebemos a beleza do cotidiano, aquilo que muitas vezes passa despercebido. A beleza daquilo que é comum, banal,

mas ao mesmo tempo é mágico - basta que a gente se proponha a ver. E sentir.

Parte desses momentos eu vivo na hora das refeições, conversando com a família e amigos. Acho engraçado quando meus netos se espantam e me recriminam por causa da minha alimentação. Eles querem que eu seja saudável como eles. Mas eu como de tudo, sem restrições. Gosto de saborear, de modo equilibrado e sem neuras, todos os tipos de alimentos.

Quando as pesquisas da década de 60 começaram a demonizar a gordura, eu não perdi o sono nem o apetite. E continuei comendo queijo, iogurte e carne, para decepção do meu filho vegetariano.

Há alguns anos, uma ala da ciência voltou atrás e elegeu como vilão o carboidrato, o principal combustível do cérebro. Eu dei de ombros porque considero

As pessoas mais sábias que conheci tinham consciência da própria ignorância. Eram também as mais curiosas - todas elas falavam pouco e ouviam muito

valiosa a diversidade alimentar, que me mantém com energia e disposição.

A falta de diversidade - essa, sim, uma vilã - é um gatilho para vários problemas. Só comer alimentos industrializados, por exemplo, é um péssimo negócio para saúde. Para se ter uma ideia, 80% de toda comida processada é composta por apenas quatro ingredientes: trigo, milho, soja e carne. E estão quase sempre atoladas em açúcar, sal e gordura ruim. É preciso variar.

Aliás, alguns séculos antes do Dr. Atkins, dietas restritivas já eram populares na Europa. Em 1598, um italiano chamado Luigi Cornaro inventou uma que cortava radicalmente o carboidrato. Fez um sucesso danado e talvez muita gente tenha emagrecido - só não acredito que de forma permanente e saudável.

Junto com essa alimentação variada, me movimento bastante, ando todos os dias, e tento dormir oito horas por noite. Nada disso garante que eu vá viver muito mais tempo, mas me faz viver bem o tempo que me resta.

Outra coisa fundamental da minha vida é a espiritualidade e não importa se você tem ou não religião. O importante, no meu caso, é estar conectado com esse grande mistério.

Para finalizar, considero imprescindível manter sempre um objetivo, ou vários. Importante não se acomodar, não achar que se viveu tudo, já se fez tudo e que já não há mais nada a aprender. O grande barato é a possibilidade de se aprender diariamente. Fora essa catequese alimentar que os jovens tentam me impor, ouço aqueles que me cercam e me encanto com esse mundo radicalmente novo e conectado.

Se este texto parece um amontoado de conselhos, peço desculpas. Não gosto de dar conselhos, nem quando me pedem. Cada um vai construindo, no seu tempo, com acertos e principalmente com os tropeços, seu próprio caminho. "O portão da mudança", como resumiu o escritor Stephen Covey, "só se abre de dentro pra fora".

As pessoas mais sábias que conheci tinham consciência da própria ignorância. Eram também as mais curiosas - todas elas falavam pouco e ouviam muito. Desconfio de todos os gênios autoproclamados e de todos que vivem dando conselhos e lições de moral.

Meu avô usava cabelo "muscarré", óculos com lentes arredondadas e relógio de algibeira. Era craque em charadas e palavras cruzadas. Nunca foi de dar conselhos, nem lições de moral, mas ele disse uma coisa que me marcou pra sempre, eu menino de calça curta e suspensório. Sentado na cadeira de balanço, ele me chamou, puxou meu braço e cochichou no meu ouvido: "rapaz, vou te dizer uma coisa: o mais importante é o amor".

Hoje tenho certeza de que ele estava certo. E o amor que deve estar em primeiro lugar, sempre, em todas as suas dimensões. Ele deve ser o guia. O amor e a gratidão.

Palestras e debates com foco na operação Lava Jato lotam auditório do Tribunal Pleno

auditório do Tribunal Pleno lotou com a presença de Magistrados, Servidores do Judiciário, Ministério Público e Procuradoria-Geral da Justiça no dia 21/7, na abertura do evento "A Operação Lava Jato sob a Ótica da Teoria dos Jogos", promovido pela Academia Judicial. A coordenação dos trabalhos ficou sob a responsabilidade do Juiz Alexandre Morais da Rosa, autor do livro "A Teoria dos Jogos Aplicada ao Processo Penal", que evidenciou a complexidade do processo penal. A organização foi da Juíza Vânia Petermann, diretora de assuntos acadêmicos e pedagógicos da Academia Judicial. O Desembargador

Jaime Ramos, 3° vice-presidente do TJ, representou o Desembargador Torres Marques na sonalidade inaugural.

Na primeira parte do evento, o Procurador de Justiça Rodrigo Chemim (MPPR), autor do livro "Mãos Limpas e Lava Jato: a corrupção se olha no espelho", e o Delegado Federal Márcio Anselmo, autor de "Colaboração (Delação) Premiada", que integrou a força-tarefa da Lava Jato até o início deste ano, foram os palestrantes. Chemim iniciou sua fala com uma reflexão comparativa das realidades da Itália de 1992, com a operação Mãos Limpas, e do Brasil de 2014 até hoje, com a operação Lava Jato. À tarde, debateram o tema os



Juízes Morais da Rosa e Vânia Petermann e a Doutoranda em Direito/UFSC Jéssica Gonçalves.

TRE/SC empossa Juiz Antônio Zoldan da Veiga

Juiz de Direito Antônio Zoldan da Veiga tomou posse no dia 5/7, como Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC). Em seu pronunciamento, o Magistrado agradeceu à família, asseverando que sempre encontrou, "no recesso do lar, na solidez da família, a tranquilidade necessária para a reflexão." Ao final de seu discurso, afirmou estar pronto para a missão a ele atribuída, destacando que "trabalhar neste Colegiado, aplicando a Justiça, o equilíbrio necessário para o prosseguimento da vida, é celebrá-la".

Após a assinatura do termo de posse, o Juiz Davidson Jahn Mello saudou o empossado, declarando: "É justamente por conhecer de perto o preclaro Magistrado cujo talento, seriedade e dedicação passarão, agora, a enriquecer este Plenário, que me reputo muitíssimo satisfeito, já que as virtudes exigidas para o fiel desempenho da judicatura eleitoral nele se encontram à abundância." O Juiz Davidson finalizou seu discurso afirmando, sobre o empossado, que "seu engajamento e entrega são provas de um Juiz vocacionado, que honra e enobrece a Corte com sua marcante presença".

Por fim, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, deu as boas-vindas ao novo Juiz, destacando sua proficiência, independência e humildade, "atributos indispensáveis a um bom Juiz."

■ CURRÍCULO

Antônio Zoldan da Veiga graduou-se em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina e tomou posse como Juiz Substituto em 1993. No ano de 1996, foi promovido para o cargo de Juiz de Direito na Comarca de Urubici e, no ano seguinte, na Comarca de Turvo. Em 1998 foi promovido para o cargo de Juiz de Direito de entrância final na Comarca de Chapecó, tendo sido removido para a Comarca de Joinville (entrância final) em 2001 e promovido para o cargo de Juiz de Direito de entrância especial no mesmo município em 2008. Em 2011 foi removido para a Comarca da Capital.

O Magistrado foi membro da 3ª Turma de Recursos de Chapecó e 5ª Turma de Recursos de Joinville. Exerceu, ainda, as funções de Juiz Corregedor no período de agosto de 2011 a janeiro de 2016. Atualmente, é titular da Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais da Comarca da Capital.

■ LIVRO: A Jurista Ana Paula Zimmermann de Meireles lançou, no dia 11 de julho, no Salão do Júri do Fórum do Norte da Ilha, o livro "Trabalho Prisional – um estudo comparado realizado nos presídios masculinos de Florianópolis, Santa Catarina (Brasil), e de Konstanz, Baden-Württemberg (Alemanha)". O evento contou com palestra da presidente da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado em Santa Catarina (APAC), Leila Pivatto, com o tema "Alternativa para o Sistema Prisional".

A obra se propõe a uma análise específica do funcionamento do trabalho prisional nos Presídios já citados à luz dos ordenamentos jurídicos internacional, brasileiro e alemão, com o objetivo de verificar quanto às realidades assemelham-se à legislação aplicável. Inicialmente, foram levantados aspectos teóricos e históricos relativos ao trabalho prisional. Em um segundo momento, detalharam-se as leis do Brasil e da Alemanha que se aplicam à execução penal, notadamente ao labor realizado no cárcere. Finalmente, por meio de questionários respondidos pelas autoridades prisionais, foram descritos os aspectos das atividades laborais executadas no Presídio Masculino de Florianópolis e no Presídio de Konstanz.



Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

I - OS VINHOS DE ALTITUDE

Com frequência amigos, colegas e leitores me indagam sobre a origem dos vinhos catarinenses de altitude. Por mero acaso, e sem nenhuma intenção de ser original, coube-me o privilégio de ser o pioneiro dessa atividade que, graças aos grandes empreendedores que depois apostaram na ideia, hoje representa significativo aporte à economia e ao turismo de Santa Catarina. Por sentir-me constrangido em escrever sobre mim mesmo, achei por bem reproduzir, nesta e na próxima edição, com a permissão do autor – o ilustre jornalista e sommelier JOÂO ALEXANDRE LOMBARDO – a parte de seu livro "SANTA CATARINA À MESA" (Editora Expressão, Fpolis, 2ª ed.,2009, págs. 16/20), que narra a história do primeiro vinhedo de altitude do Estado.

"Nas alturas do Planalto Serrano situa-se a nova fronteira do vinho catarinense. A experiência pioneira aconteceu em Campos Novos, nos anos 1980.

Corria o ano de 1981 quando uma propriedade localizada no município de Campos Novos, Meio-Oeste catarinense, começou a receber plantas de uma espécie de uva incomum à região. Eram mudas de uvas europeias, as chamadas vitis-viníferas, variedades estranhas às altitudes catarinenses, dominadas até ali pelo cultivo de videiras americanas, entre elas a Niágara, capazes de servir apenas à elaboração de vinhos de mesa, ou coloniais. Naquela propriedade, a 950 metros de altitude em relação ao nível do mar e a 9 quilômetros da sede do município de Campos Novos, começaram a ser plantadas, numa área de 1 hectare, mudas de uvas Merlot, Cabernet Franc e Riesling Itálico, entre outras variedades. Frutas que poderiam ser capazes de produzir vinhos de uma outra categoria, finos, algo até então impensável para a região. Era um experimento planejado, mas cujos resultados somente o tempo poderia mostrar.

A decisão de plantar uvas europeias foi tomada pelo proprietário da terra, o advogado Edson Nelson Ubaldo. Produtor de maçãs, ele extinguiu o pomar devido a problemas com as variedades cultivadas. Apreciador de bons vinhos, resolveu dar uma nova destinação àquele solo. Com base nas incansáveis leituras sobre o tema, na troca de experiências com agrônomos e produtores locais de uvas americanas e híbridas, e na paixão pelo vinho, Ubaldo decidiu formar um vinhedo de variedades europeias. Ele sonhou em produzir uvas de qualidade, elaborar e beber seu próprio vinho. E agiu para realizar esse sonho.

Ubaldo procurou os pesquisadores da então Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina – Empasc, que mais tarde seria substituída pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A – Epagri. Já havia, naquela época, em Videira, uma estação experimental do órgão. Ele conseguiu mudas de uvas viníferas naquela estação experimental e também junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Mudas à mão, o vinhedo começou a ser implantado.

'Com base nas informações que colhi nos livros e conversas com profissionais do campo, cheguei à conclusão de que tínhamos todas as condições para implantar um vinhedo de uvas europeias', comenta o hoje desembargador Edson Ubaldo. Só que devido a problemas com enxertia a plantação de vinhedo atrasou, e ele acabou sendo definitivamente implantado em 1982. Foram 1.700 mudas das variedades Merlot, Cabernet Franc e Riesling Itálico, plantadas no sistema de latada, mais antigo, aquele que forma um teto verdejante sobre a cabeça de quem passa por baixo do vinhedo. O tempo, então, começou a fazer o seu trabalho sobre as videiras.

Quatro anos depois, em 1986, Ubaldo colocava nas mãos do atual pesquisador da Epagri, Jean Pierre Rosier, doutor em enologia pela Universidade de Bordeaux, na França, uma pequena remessa de uvas da variedade Riesling Itálico para serem microvinificadas. Rosier tratou a matéria-prima com carinho, curiosidade e profissionalismo. "Sem ainda saber da influência do clima das altitudes nas uvas, fizemos um Riesling maravilhoso", lembra o enólogo.

O Riesling deixou uma impressão marcante em todos aqueles que o provaram, comentou Rosier. Era uma produção pequena, algo em torno dos 100 litros, mas o vinho começou a despertar a atenção para um possível potencial das altitudes de produzir vinhos finos de qualidade. Segundo Ubaldo, já naquele momento a casta que melhor se adaptou à região foi a Merlot. "A Cabernet Franc não amadurecia bem e a Riesling apodrecia com facilidade", lembra. Até hoje ele mantém em sua casa, em Campos Novos, garrafas desses primeiros vinhos de altitude, das safras de 1986 a 1994.

Nem tudo, no entanto, saiu como se esperava. Naquele momento foram utilizados portaenxertos, que, se pensava, eram apropriados para a região. Mas os chamados "cavalos" não eram adequados para proteger as plantas de uma série de doenças e pragas. Também houve problemas no tratamento do vinhedo. "Depois de o vinhedo ter atingido o auge, com boa produtividade, ele começou a definhar, por força da ação de pragas e doenças fúngicas", diz o produtor, que tomou uma atitude radical. "Eu cheguei à conclusão de que deveria erradicar o vinhedo, o que fiz em 1994". Era aparentemente, o fim de um sonho. Aparentemente."

(continua na próxima edição)

*Desembargador aposentado

RECONHECIMENTO

Novos Caminhos recebe o Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC 2017

case "Programa Novos Caminhos: Qualificando para a vida e o trabalho adolescentes inseridos em Serviços de Acolhimento no Estado de SC" foi agraciado, no dia 20/7, em Chapecó, com o Prêmio Empresa Cidadã ADVB, na categoria Participação Comunitária.

Segundo a Desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Rosane Portella Wolff, que recebeu o prêmio juntamente com dirigentes da FIESC, "o Programa Novos Caminhos é uma grande contribuição que o Tribunal de Justiça, através da FIESC, proporciona aos adolescentes que estão abrigados, que por sua vez, ao término do período do abrigo, precisam ter vida própria e muitas vezes não tem auxílio. Através do programa os adolescentes encontraram um amparo, um apoio para terem uma vida melhor, longe do crime. Além da capacitação, os adolescentes recebem todo apoio psicológico e educacional".

O Juiz André Milani, da Vara da Família, Infância e Juventude de Chapecó, que representou a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) no evento, também destacou a importância do programa para recuperação da dignidade, cidadania e autonomia dos jovens que vivem sob a tutela do Estado. "O Novos Caminhos foi um grande divisor de águas em relação a uma área tão sensível, que é o sistema de acolhimento. Trouxe esperança a esses jovens, que não se encaixam no perfil do cadastro de adoção, dando-lhes um futuro, efetivamante, mais salutar. É um projeto fantástico e a união das diferentes esferas do Direito e do empresariado tem garantido a autonomia desses jovens que, aos 18 anos, podem ser desabrigados com a garantia de um futuro", ressaltou.

"Esse reconhecimento é a coroação do trabalho



que fazemos a favor dos adolescentes que estão em serviços de acolhimento do Estado, qualificando-os e fazendo o encaminhamento deles para o mundo do trabalho. É um incentivo a mais para que a gente continue todos os esforços para que possamos alcançar os melhores resultados no âmbito do programa", afirmou o gerente executivo do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Natalino Uggioni.

■ SOBRE O CASE

Desde 2013, o Programa, que é uma parceria entre a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) tem mudando a realidade e dado uma nova oportunidade de futuro para os adolescentes que vivem em casas de acolhimento. O programa, que atualmente também conta com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC),

oferece aprendizado técnico e trabalho para jovens a partir de 14 anos que estão sob a tutela do Estado).

Até agora, o Novos Caminhos já atendeu 653 adolescentes de 76 municípios catarinenses, que participaram de capacitações realizadas pelas equipes do SENAI, SESI e IEL. Juntas, as entidades da FIESC realizaram mais de 6,5 mil matrículas por meio do programa e 126 jovens foram encaminhados ao mundo do trabalho.

O projeto é desenvolvido em três etapas. Primeiro, os jovens participam do Programa Profissional do Futuro. Trata-se de um conjunto de nove capacitações que visam à aquisição de conhecimentos, atitudes e comportamentos importantes para o exercício de qualquer profissão. Na segunda fase é realizado um trabalho de identificação do nível de escolaridade dos jovens, encaminhamento para cursos de aprendizagem, qualificação ou técnico. Posteriormente, são encaminhados para a indústria. A terceira etapa é o acompanhamento dos jovens por cinco anos.

Juiz catarinense participa da Festa Literária Internacional de Paraty

Juiz João Marcos Buch, titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Joinville, participou, no último final de semana de julho, da 15ª Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Em sua edição 2017, o tradicional evento realizado na cidade do litoral sul fluminense homenageou este ano o escritor carioca Lima Barreto.

O Magistrado catarinense integrou a mesa "Literatura no Cárcere e Direitos Humanos", realizada no final da tarde do dia 28. Buch é autor, entre outras obras, dos livros "Diário de bordo de um juiz das causas humanas", além de coordenador do projeto que culminou na edição do livro "Contos tirados de mim - Literatura no cárcere".

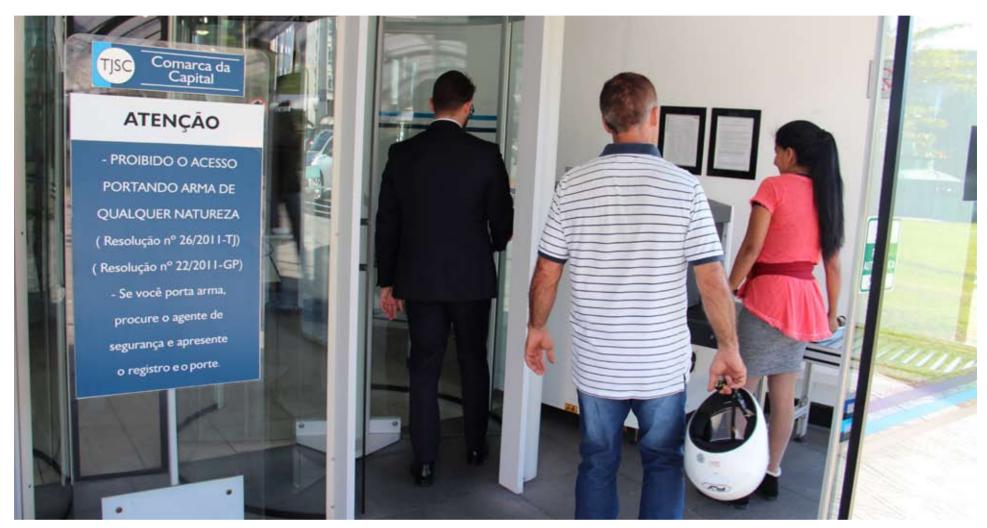
Juiz João Marcos Buch, titular da Vara de a partir de relatos dos próprios reeducandos, am-Execuções Penais da comarca de Joinville, bos sob o selo da editora Giostri.

Em Paraty, Buch apresentou também a obra "Prisioneiros e juízes – relatos do cárcere", organizada por ele, com escritos de oito apenados de Joinville e de oito Juízes de todo o Brasil. "Foi muito importante tratar do tema especialmente neste ano. A 15ª Flip, essa linda festa literária de Paraty, com Lima Barreto e sua literatura militante, sendo o ponto forte (homenageado do ano), é inebriada pelos ambientes, tomados que foram de sentimentos de resistência e luta pela igualdade, solidariedade e respeito à diversidade, contra retrocessos. Esse sim é o Brasil que podemos ter", pontuou.



ESPECIAL

Fórum reforça segurança com scanner de bagagem



Há quase três meses, qualquer pessoa que ingressa no Fórum Desembargador Rid Silva, na comarca da Capital, precisa submeter pastas ou bolsas a vistoria de um scanner. A medida faz parte das ações do Conselho de Segurança Institucional (CSI) do Poder Judiciário, coordenado pelo Desembargador Altamiro de Oliveira, para ampliar a segurança de Magistrados, Servidores e Jurisdicionados.

Por enquanto, o projeto ainda é experimental e deve ser finalizado nos próximos dias. O equipamento foi cedido em regime de comodato por uma empresa de tecnologia com atuação no mercado de scanners, que fornece equipamentos a 70% dos aeroportos do país. A tecnologia tem dificultado ainda mais o ingresso de objetos perigosos no Fórum, reconhecido como o de maior movimento no Estado - em pouco mais de dois meses, já registrou diversas armas brancas e até mesmo uma pistola. "Nesse período de funcionamento nós detectamos bastantes armas brancas, como facas, canivetes e até uma ferradura. Semana passada, inclusive, foi detectada uma arma, .45. A rigor essa pessoa tinha o porte legal da arma, só que dentro do fórum, por determinação legal, não é permitido o uso de armas, a não ser que esteja a trabalho, como um policial militar fazendo uma escolta, por exemplo", explica.

O objetivo, a longo prazo, é a implantação de projeto piloto para instalação de scanners em todas as comarcas de Santa Catarina. "Percebemos que há uma facilidade de acesso de armas e materiais impróprios dentro do fórum, quando não existe esse bloqueio. Em vários fóruns, o Tribunal já tem instalado as portas giratórias, que é um primeiro passo para o bloqueio. E nos tribunais maiores, onde há a presença do crime organizado, a ideia é que o tribunal acelere a instalação desses scanners, para que o controle seja feito de forma mais efetiva", ressalta Oliveira. Segundo dados do CSI, desde o início da atual gestão, seis fóruns do Estado – Capital (Forum Eduardo Luz), Correia Pinto, Descanso, Gaspar, Itapema e Xanxerê



 receberam a instalação de portas de segurança (portas giratórias ou com arcos detectores de metais) para maior controle, por solicitação de Magistrados. Ainda, os fóruns de Canoinhas e Navegantes estão com as obras em processo de finalização.

O Desembargador ressalta ainda, que o scanner tem ajudado inclusive, o pessoal da guarda militar. Pois, antes, eles tinham que fazer esse trabalho corporal de checagem. "Com o scanner, não é necessário sequer abrir bolsas e pastas, dando maior agilidade ao fluxo de entrada. Inclusive, soubemos que os próprios Magistrados e Promotores tem passado pelo scanner para acessar o fórum, mostrando que o problema da segurança não é apenas para terceiros, mas para todos que utilizam o local. Por enquanto é um projeto piloto, mas, espero, que a próxima gestão possa, quem sabe, fazer uma licitação para que esse recurso seja permanente", diz.

[ENTREVISTA]

DESEMBARGADOR ALTAMIRO DE OLIVEIRA

COORDENADOR DO CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (CSI)

■ O Judiciário - Além da instalação do scanner no Fórum Rid Silva, que outras ações estão sendo realizadas pelo Conselho de Segurança Institucional (CSI)?

Desembargador Altamiro de Oliveira: Junto com a instalação do scanner, nós instalamos também um identificador digital para entrada no gabinete, de forma experimental. Por enquanto está instalado apenas no meu gabinete, em fase de teste, para que tenham acesso somente as pessoas que tenham identificação. Os terceiros, que não tem cadastrada a digital para acesso ao gabinete, precisam utilizar a campainha e serem autorizados. Esse é um controle de acesso para impedir que pessoas entrem nas salas sem que tenham autorização e mexam, por exemplo, em bolsas, que é o que vem acontecendo. E como não temos câmeras de circuito interno, não temos como identificar esse problema. Futuramente, a ideia é que a instalação contemple todos os gabinetes.

Nós estamos, ainda, visitando todas as coordenadorias de Magistrados para levar aos colegas o funcionamento do conselho e, mais do que isso, fazer com que compreendam e tenham uma cultura de segurança. As coisas evoluíram e hoje temos recebido ataque aos Juízes e Desembargadores dentro do próprio prédio da Justiça, o que era uma coisa inimaginável há alguns anos. Além disso, os fóruns tem solicitado a instalação de câmeras e o Tribunal tem autorizado, o que tem garantido que a parte externa do fórum tenha uma cobertura maior na questão da segurança. Cada comarca dessa tem, também, um detector de metal, a pá, como é chamada, então sempre que o Juiz entende que seja necessária o seu uso, por exemplo na presença de integrantes do crime organizado, ele pode solicitar que os policias utilizem esse recurso. Todos os fóruns disponibilizam e a gente vê que dificilmente os colegas do interior usam, às vezes até por um desconhecimento.

O que tenho notado é que, justamente por esse nosso trabalho de informação, os Magis-



trados tem se preocupado muito mais com a segurança. E é isso, que num primeiro momento, precisamos: que as pessoas tenham essa cultura de segurança.

■ O Judiciário - Faltando seis meses para encerrar a sua gestão a frente do CSI, que balanço o senhor faz desse período?

Desembargador Altamiro de Oliveira: Meu balanço é positivo, embora muitas vezes a gente dependa da questão orçamentária e de licitação, acho que conseguimos evoluir muito na busca por uma maior segurança. Eu acho que o nosso maior ganho nesse um ano e meio foi criar, em todos os colegas, a cultura de segurança. Porque a gente viu que a maioria dos colegas não tinha essa preocupação com a sua própria segurança, com a segurança do patrimônio, dos familiares e dos funcionários.

E, com esse ganho, tenho certeza que vamos conseguir levar resultados para administração e evoluir, cada vez mais, nesse ambiente de segurança. E isso passa pela colocação dos detectores de metais, pelas portas giratórias e pelos scanners de bagagem, inclusive dentro do próprio Tribunal de Justiça, que ainda não possui. No Tribunal essa dificuldade tem acontecido porque há um projeto de reestruturação de toda a entrada. Ou seja, essa obra contemplaria o scanner de bagagem. Quem sabe na próxima administração teremos esse projeto realizado e uma maior segurança no nosso prédio.



CHAPECÓ

Videoconferência fiscaliza processos e condições de presas

m projeto piloto, na Vara de Execuções Penais (VEP) da comarca de Chapecó, promete trazer mais agilidade, segurança e economia na tramitação dos processos de condenados, de presos provisórios e as condições dessas pessoas no cárcere. Sob o comando do Juiz Gustavo Marchiori, foi realizado, nos dias 18 e 19 de julho, um mutirão prisional com as detentas do complexo penitenciário local por meio da ferramenta de videoconferência.

No total, foram ouvidas 75 apenadas do Presídio Regional de Chapecó. Todas receberam informações atualizadas sobre o andamento dos respectivos processos de execução penal. Além disso, a VEP teve oportunidade também de promover a verificação do atendimento à saúde das detentas e do fornecimento pelo Estado de materiais básicos como uniformes e cobertores.

A tecnologia evita, ainda, o traslado das detentas até o Fórum e disponibiliza aos Magistrados e Servidores do Judiciário, de dentro das salas de audiências do Fórum, os recursos necessários à realização das audiências. Segundo Marchiori, o pedido para implantação do projeto foi realizado há cerca de três meses, período em que a unidade, que é 100% digital, recebeu os equipamentos necessários – computadores equipados com mesa de som, microfone e câmera. "A tecnologia foi utilizada, primeiramente, para reuniões administrativas, todas monitoradas pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC) e pelo Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGINFO)", ressalta.

A experiência foi considerada um sucesso, tanto pela redução de custos quanto pela maior segurança garantida ao Magistrado, Servidores, Agentes Prisionais e Policiais normalmente envolvidos nos procedimentos, como na remoção dos presos.



A próxima etapa, segundo Machiori, é conseguir que as gravações sejam automaticamente inseridas no SAJ (Sistema de Assistência Judiciária), onde são inseridos os processos eletrônicos. "Por enquanto as gravações ficam armazenadas no computador e precisam ser convertidas e manualmente inseridas no SAJ. A ideia é que, futuramente, isso possa ser feito de forma automática", explica.

A videoconferência também deve ser testada, em breve, nas audiências de justificação nos processos de execução penal da Vara e em audiências das demais varas criminais com réus presos. Além disso, já está marcado para o mês de agosto um mutirão prisional por videoconferência com os detentos do regime semiaberto. Ao todo, cerca de 400 detentos devem ser ouvidos em uma ou duas semanas. Tempo muito menor do que levaria sem

o uso da tecnologia. "Ganhamos em celeridade e conseguimos prestar um serviço muito mais qualificado para os apenados, uma vez que conseguimos consultar o processo durante a audiência e repassar todas as informações e esclarecer as dúvidas", conta o Magistrado.

O projeto piloto contou com o auxílio da assessoria de seu gabinete e a colaboração de dirigentes e servidores do complexo penitenciário. A execução do projeto mobilizou, também, equipes técnicas da Diretoria de Tecnologia da Informação do TJ/SC e do Complexo Penitenciário de Chapecó e a equipe de TIs da comarca, as quais, após reuniões de treinamento para o uso da ferramenta e testes para ajustes nos equipamentos, viabilizaram ao juízo e Complexo Penitenciário o uso desse serviço de forma permanente.



■ HOMENAGEM: O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC/SC) prestou, na tarde do dia 13/7, durante o VI Seminário Catarinense sobre Atualidades Jurídico-Contábeis, em Florianópolis, uma homenagem ao Desembargador Edson Nelson Ubaldo. Muito emocionado, ele agradeceu sensibilizado às palavras de um dos coordenadores do Seminário, André Henrique Lemos, que destacou o sucesso do Magistrado no meio jurídico e também em outras áreas, dentre elas o magistério, a literatura e a vitivinicultura.

Prestigiaram o evento os Magistrados César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, Nelson Juliano Schaefer Martins e Nilton João de Macedo Machado, além dos Advogados Péricles Prade e Adriano Zanotto. Em seguida, o Desembargador Edson Ubaldo presidiu o primeiro painel da tarde, que versou sobre "A prova no processo administrativo relacionada ao conceito de insumo".

DIREITO DE FAMÍLIA

Evento debate alienação parental e adoção em Balneário Camboriú





Advogada Mara Poffo, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família de Santa Catarina (IBDFAM/SC), ainda contabiliza o saldo positivo do VI Encontro Catarinense de Direito de Família, realizado no final de julho, em Balneário Camboriú, e que contou com o apoio da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc).

Segundo ela, o objetivo do evento é justamente o de inspirar os profissionais do Estado, que lidam com o Direito de Família, com exemplos que vem dando certo e espalhar o máximo de conhecimento possível. "O Dr. Fernando Moreira da Silva, Juiz no interior do Mato Grosso do Sul, por exemplo, que emocionou a plateia e foi aplaudido de pé, expôs as fantásticas práticas que vem sendo desenvolvidas por ele em sua comarca para estimular a adoção tardia, de crianças e adolescentes com mais de oito ou nove anos. Já a psicóloga Sandra Baccara, especialista de âmbito nacional, nos trouxe os impactos graves e por vezes irreversíveis da alienação parental para crianças e adolescentes que, por vezes, podem acarretar o suicídio

do filho, vítima dessa verdadeira tortura psicológica. Enquanto que o Dr. Fredie Didier, autor de dezenas de obras jurídicas e que foi membro da comissão formada para reformar o novo Código de Processo Civil na Câmara dos Deputados, dividiu conosco valiosos ensinamentos sobre o novo diploma processual que, recentemente, entrou em vigor", salienta.

Entre os Magistrados participantes, estavam as Juízas Sabrina Pitsica, Cibelle Mendes Beltrame, Liana Bardini, Gabriela Benedet, Joana Ribeiro e Simone Faria Locks.

Segundo a Juíza Joana Ribeiro, é de fundamental importância reunir as diferentes esferas que atuam com o Direito de Família para que, no caso do trabalho do Magistrado, as decisões consigam alcançar o bem maior, que é a afetividade e o cuidado em favor da família, das crianças, dos adolescentes e dos idosos.

"O conhecimento dividido e os raciocínios compartilhados são muito benéficos à sociedade e SC está à frente na garantia dos direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e na construção de famílias funcionais, em benefício de uma sociedade mais humana, mais igualitária e solidária. O balanço do evento foi de muita produtividade intelectual, de troca de experiências e, se eu pudesse traduzir em uma frase tudo o que vivenciamos no evento, eu diria: 'foram resumidos no mínimo 100 livros, em três dias'", garante Joana.

Em sua sexta edição, o evento contou com 160 inscritos de diversas esferas que atuam com o Direito de Família, como Magistrados, Técnicos do Poder Judiciário, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e Advogados. "Afinal, para levar um Direito de Família humano e eficaz às pessoas que vivem conflitos judiciais é preciso que todos os profissionais envolvidos no processo estejam bem preparados tecnicamente e cientes dos seus papeis transformadores, pois, como se sabe, a família é base de tudo, inclusive da sociedade", explica.

Em seu último ano à frente do IBDFAM/SC, Mara ainda fez um balanço da sua gestão. "Penso, com orgulho, que este encontro fechou com chave de ouro minha passagem pela presidência do IBDFAM/SC. Sem dúvida alguma, muitas serão as saudades, mas com a certeza de que pude participar, ainda que minimamente, da transformação do Direito de Família no nosso Estado", concluiu.



■ WHATSAPP: No dia 27 de julho, o Juiz Jeferson Isidoro Mafra, do 1º Juizado Especial Cível de Blumenau, participou do programa Conversas Cruzadas, da CBN DIÁRIO, sobre o uso do whatsapp nas intimações judiciais.

Participaram do debate, ainda, o Advogado Salvador Geremias Junior, presidente da Comissão de Direito Digital da OAB/SC, e o Advogado Alexandre Salum Pinto da Luz.

ESPORTES

Magistrados já podem garantir a inscrição nos Jogos Nacionais

om o objetivo de reunir os Magistrados e seus familiares, além de incentivar a prática desportiva, a AMB – em parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM) – realizará, de 25 a 29 de outubro em Fortaleza (Ceará), os VIII Jogos Nacionais da Magistratura. As inscrições estão abertas até o dia 25 de agosto.

Para os Magistrados que desejarem incluir seus filhos, cônjuges ou companheiros em uma ou mais provas, a Comissão Organizadora frisa que é importante ficarem atentos às regras descritas no Regulamento Geral, bem como às diferenciações entre as categorias de cada modalidade esportiva, para que não haja dúvidas na hora da inscrição.

As modalidades que permitem a participação de Magistrados e dependentes (filhos) são: Voleibol Masculino (até dois dependentes); Voleibol Feminino (até três dependentes); Voleibol de Areia Masculino (dupla); Voleibol de Areia Feminino (dupla); Futevôlei Masculino (dupla); Beach Tennis Masculino (dupla); Beach Tennis Feminino (dupla); Tênis de Mesa Masculino (individual); e Tênis de Mesa Feminino (individual).

As modalidades em que podem participar os magistrados e seus cônjuges ou companheiros são:

Natação feminino ou masculino (individual); Atletismo feminino ou masculino (individual); Tiro Esportivo Feminino (individual); Tiro Esportivo Masculino (individual); Pebolim Masculino (dupla, desde que tenha ao menos um Magistrado); e Pebolim Feminino (dupla, desde que tenha ao menos uma Magistrada).

Já as modalidades nas quais somente o Magistrado filiado pode participar são: Futsal Masculino; Basquete Masculino; Xadrez (individual) – sem distinção de sexo; e Sinuca (individual) – sem distinção de sexo.

Vale lembrar que cada atleta poderá participar de quantas modalidades e categorias desejar. Em caso de coincidência de horários, não serão remarcados ou atrasados os jogos ou provas. Os associados que ainda não fizeram sua inscrição podem fazê-la de forma gratuita, por meio do hotsite dos Jogos.

Inscrições e mais informações estão disponíveis no site www.amb.com.br/jogos/2017.

■ HOSPEDAGEM

Os interessados em participar da oitava edição dos Jogos Nacionais da Magistratura já podem fechar a hospedagem e as passagens aéreas. A organização conseguiu descontos de até 20% no bilhete aéreo e parcelamento em até seis vezes



sem juros, dependendo da companhia. São elas: Azul (6x), Avianca (6x), Gol (6x) e Latam (4x). Para garantir essas vantagens, a viagem deve acontecer entre os dias 23 e 30 de outubro.

O hotel principal, onde haverá o congresso técnico no primeiro dia do evento (25), é o Marina Park e há mais duas opções: Gran Marquise e Seara Praia Hotel. Todos na orla fortalezense.

Para fechar os pacotes, os magistrados interessados devem entrar em contato com a agência Flytour nos telefones (85) 3036.7827/ 7801/7802/ 7803 ou no e-mail lazer.for@flytour.com. br. Vale lembrar que cada participante vai arcar com as suas despesas.

Inscrições abertas para o XXI Campeonato Nacional de Tênis dos Magistrados

stão abertas as inscrições para o XXI Campeonato Nacional de Tênis dos Magistrados. O evento, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), será realizado de 15 a 18 de novembro, no Clube de Caça e Pesca Sto. Huberto, em Bento Gonçalves.

As inscrições devem ser feitas pelo e-mail eventos@amb.com.br até o dia 20 de outubro, indicando-se a categoria (conferir tabela abaixo), conforme regulamento da AMB. As categorias estão sujeitas a alteração no local de acordo com a quantidade de atletas inscritos.

As delegações ficarão hospedadas no Hotel Dall'Onder, em Bento Gonçalves. Os Magistrados devem fazer a reserva diretamente no hotel, por meio do e-mail morgana@dallonder. com.br ou telefone (54) 3455-3555. As diárias saem por R\$ 226 no apto single, R\$ 280 no apto duplo e R\$ 356 no apto triplo. O trans-

fer do aeroporto de Porto Alegre ou Caxias do Sul até a cidade de Bento Gonçalves será por conta dos tenistas inscritos.

Para o Juiz catarinense Gustavo Marcos de Farias, o evento é um importante momento de integração, além de um estímulo a prática de esportes e vida saudável. "O tênis é uma modalidade esportiva que, por sua própria natureza, é uma fonte de congraçamento e lazer dos participantes. O evento sempre é bem organizado e os tenistas que comparecerem não irão se arrepender. Os tenistas iniciantes também estão convidados", salienta.

Os Magistrados catarinenses interessados em participar do evento podem obter mais informações com o Juiz Gustavo Farias, pelo email gustavomarcosdefarias@gmail.com.

■ PROGRAMAÇÃO

- 15/11 (quarta-feira): 20h, Conselho Técnico no Hotel Dall'Onder.
- 16/11 (quinta-feira): Jogos das 10h às 12h, e

das 15h às 19h.

- 17/11 (sexta-feira): Jogos das 10h às 12h, e das 15h às 19h
- 18/11 (sábado): Jogos das 10h às 12h, e finais às 14h.

■ CATEGORIAS

- Simples Masculina:

LIVRE - Até 40 anos incompletos MASTER - 40 a 50 anos incompletos; SUPER-MASTER - 50 a 55 anos incompletos; SÊNIOR - 55 a 60 anos incompletos; SUPER-SÊNIOR - 60 a 65 incompletos; ESPECIAL - Acima de 65 anos completos.

- Simples Feminina: categoria única
- Dupla Masculina: LIVRE - Até 50 anos incompletos; MASTER - Acima de 50 anos completos.
- Dupla Feminina: categoria única

PARCERIA

FIESC e Magistrados debatem o Programa Novos Caminhos

Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e Magistrados catarinenses reuniram-se no dia 30/6, em Florianópo-Nis, para discutir os próximos passos do Programa Novos Caminhos. No encontro, o presidente da FIESC, Glauco José Côrte, lembrou que o programa funciona em 16 regiões do Estado, desde o extremo oeste até o extremo sul. "No ano passado implantamos em quatro regiões que faltavam. Estamos pensando em implantar uma nova frente que é o estimulo ao voluntariado. Nós temos uma boa experiência nessa área com programa do Movimento SC Pela Educação e poderíamos tentar captar voluntários para atender as casas de acolhimento", propôs o presidente da FIESC, que recebeu prontamente o apoio dos Magistrados.

Côrte ressaltou ainda que a formação mudará o destino de muitos dos participantes do programa. "Em cada uma das regiões que esses jovens são preparados estamos formando cidadãos que vão constituir famílias. Estamos contribuindo para que esses adolescentes tenham uma razão de viver e que não percam a esperança no seu futuro e no futuro do país", afirmou o presidente da FIESC.

Os Magistrados foram unânimes ao afirmar que a atuação da FIESC à frente do programa Novos Caminhos é essencial para o sucesso da iniciativa. "A concretização dos direitos constitucionais demanda a atuação conjunta dos múltiplos atores que compõem a sociedade. Oportuno que essa conquista não poderia ter sido alcançada



sem o trabalho do presidente Glauco, que sempre se mostrou receptivo ao diálogo com os demais setores", declarou o Desembargador José Antônio Torres Marques, presidente do Tribunal de Justiça (TJ/SC).

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Desembargador Odson Cardoso Filho, ressaltou que o programa alinha esforços no sentindo de dar um futuro àquelas pessoas que permanecem em abrigos até os 18 anos. "Passando por toda essa qualificação ofertada pela FIESC, eles terão condições de procurar emprego e produzir para o bem do nosso País. O programa é tão exitoso que fomos agraciados pelo Prêmio ADVB. Estamos em campanha também na linha destacada pelo presidente Glauco", afirmou, referindo-se ao programa de voluntariado.

Pensionistas pedem direito a voto em reunião da AMB

a primeira reunião da Secretaria de Pensionistas da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), realizada em junho, em Brasília, foi deliberado que a pasta vai encaminhar à presidência da Associação o pedido de alteração do estatuto sobre o direito a voto. O presidente da AMB, Jayme de Oliveira, concordou que o pleito poderá ser apresentado na assembleia geral que vai ocorrer durante o XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, de 24 e 26 de maio do ano que vem, em Maceió.

Jayme de Oliveira explicou que as 300 pensionistas da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) conseguiram o direito a voto na assembleia geral eleitoral, para escolher a diretoria eletiva. Disse, ainda, que vai conversar com os presidentes das associações regionais para saber quem é favorável ou contrário à proposta. "As associações estaduais de Rondônia, Ceará e Espírito Santo já adotam o direito a voto das pensionistas. É um pleito importante e justo", afirmou.

Na ocasião, o presidente da AMB falou sobre o trabalho desenvolvido pela entidade na reforma da

Previdência e que pretende fazer reuniões da Secretaria de Pensionistas nos estados. "O quadro para as futuras pensionistas está muito pior, caso a atual proposta da reforma da Previdência seja aprovada. Estamos atuando também na questão dos aposentados que vai atingir diretamente as pensões que eles vão deixar", explicou.

No início da reunião, a vice-presidente Administrativa, Maria Isabel da Silva, fez um panorama sobre as reformas que estão em andamento no Congresso e falou acerca da atuação da AMB. "O quadro atual é difícil e as pensionistas entenderam o trabalho que a AMB vem realizando para evitar os retrocessos na reforma da Previdência", explicou.

A diretora do Departamento de Pensionistas da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Elizabeth Gomes de Mattos, participou da reunião. "Essa reunião foi um momento histórico para nós. Pela primeira vez, conseguimos reunir em Brasília várias diretoras de departamento com o presidente Jayme que foi sensível às nossas reivindicações", ressaltou.

- NOVOS DESEMBARGADORES: O Pleno do Tribunal de Justiça, em sessão extraordinária no dia 28/7, promoveu seis juízes ao cargo de Desembargador. Os novos integrantes da Corte Estadual, que tomarão posse em breve, são: Denise de Souza Luiz Francoski, 55 anos, natural de Curitiba (PR); Artur Jenichen Filho, 59 anos, natural de Indaial (SC); Vilson Fontana, 49 anos, natural de Abelardo Luz (SC); Luiz Cesar Schweitzer, 59 anos, natural de Bom Retiro (SC); Luiz Neri Oliveira de Souza, 55 anos, natural de Caxias do Sul (RS); e Paulo Ricardo Bruschi, 57 anos, natural de Serafina Corrêa (RS).
- PRÊMIO: Fortalecer iniciativas em defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania é o objetivo do 6º Prêmio da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) Patrícia Acioli de Direitos Humanos, cujas inscrições serão abertas para todo o país a partir do dia 7 de agosto. Os interessados terão até o dia 16 de setembro para confirmar sua participação pelo site www.amaerj.org.br/premio.

A premiação é dividida em quatro categorias: Trabalhos Acadêmicos, Práticas Humanísticas, Trabalhos dos Magistrados e Reportagens Jornalísticas, com o tema "Direitos Humanos e Cidadania". CONTRACAPA JULHO DE 2017 O JUDICIÁRIO

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DA JUÍZA MAIRA SALETE MENEGUETTI

"O Direito pode ser masculino, mas a Justiça é feminina"



aira Salete Meneguetti nunca se acomodou àquilo que o destino parecia lhe reservar. Ao contrário. Colocou na cabeça que queria ser Juíza e, a partir de então, seguiu uma disciplina de estudos e sacrifícios para alcançar a carreira que tanto almejava. E nunca deixou que qualquer discurso machista a impedisse de prosseguir. Abre mão da toga, quando não é necessária tal formalidade, mas não do salto alto. "Acho que somos em média 30% (de Juízas mulheres)", conta. No ambiente de trabalho, garante que nunca sofreu nenhuma discriminação por ser mulher, mas tem uma resposta ensaiada na ponta da língua, caso necessário. "Eu brinco que o Direito pode ser masculino, mas a Justiça é feminina", conta ela, rindo.

Mesmo assim, concorda que houve uma mudança significativa na aceitação da presença feminina no Poder Judiciário. "Quando eu ingressei na Magistratura ainda havia certo receio em Magistradas mulheres, mesmo que velado. Eu acho que o Judiciário sempre foi o mais sisudo de todos os poderes. Hoje já se tem outra imagem, até mesmo por ter muitos Magistrados jovens", analisa.

"Cataúcha", como se denomina por ter nascido em Santa Catarina, na cidade de Caçador, mas crescido em terras gaúchas, Maira formouse em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), em 1993. De família pequena, é muito ligada ao único filho – Murilo –, que já está na fase da escolha da profissão. "Por incrível que pareça, não tem ninguém da minha família vinculado ao Direito. E meu filho também não quer. Ele ainda não decidiu, mas, com certeza, não quer fazer Direito", conta.

Profissão que, para ela, foi uma escolha mais que acertada, mesmo que o caminho tenha sido um pouco

tortuoso. "Eu amo a Magistratura. Acho que não seria feliz em outra função. Mesmo com essa desvalorização, que a gente vê na mídia, e que foi acontecendo nos últimos anos, em nenhum momento eu me arrependo. E continuo dando o meu melhor, como se fosse o início", garante.

Foram horas de estudo diárias, alicerçadas sob dois aspectos: prioridade e disciplina, sem os quais Maira acredita que não teria alcançado o seu sonho. Ela ressalta as didáticas, aprendidas na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), como fundamentais para a aprovação no concurso. "O concurso foi bastante longo, demorou um ano e meio. Se não me engano, passamos em 16. E a Escola da Magistratura foi muito importante, pois foi onde aprendi o método de estudo mais adequado para mim. Mantive uma rotina diária de estudo. Foi só uma questão de tempo até ser aprovada", lembra ela, que ingressou na Magistratura em 1998.

De lá para cá, já se passaram 19 anos de aprendizado e de mudanças. Iniciou a carreira como Juíza substituta em Xanxerê, onde permaneceu por um ano e seis meses, depois foram seis meses em Chapecó até seguir como juíza titular em Coronel Freitas, Palmitos, retornar a Xanxerê e, finalmente, regressar para Chapecó, onde assumiu a 4ª Vara Civil. "Até 2009, eu sempre atuei em diversas áreas da magistratura. Mas depois que houve a criação da área criminal, em Xanxerê, passei a atuar só na cível. Com o decorrer do tempo, o Juiz passa a identificar melhor as suas afinidades. A vara cível é a que me identifico mais. A criminal e a infantil são muito desgastantes emocionalmente", explica.

Durante sua trajetória, Maira incorporou a gestão como uma característica fundamental para o exercício da Magistratura. "Eu sempre achei que o Juiz precisa saber delegar funções e ser conciso, na

medida do possível. Procuro gerir a minha equipe de forma a extrair o melhor de cada um deles", relata. A Juíza defende que, atualmente, uma gestão de qualidade é imprescindível para o bom funcionamento de qualquer organização e que minimizaria, ou até mesmo resolveria, os problemas de muitas unidades. "Os líderes lidam muito bem como a gestão de pessoas. É como se fosse natural. E eu acredito que a equipe é o espelho do líder. Ou seja, apenas conhecendo a equipe é possível traçar um perfil do líder. O que para algumas pessoas é fácil, para outras é muito difícil. A gestão é muito importante para usarmos o melhor de cada pessoa", pontua.

E foi esta forma de trabalho que permitiu a Maira alcançar a meta que traçou ao assumir a 4ª Vara Cível: de torná-la a vara com o menor número de processos em tramitação da Comarca de Chapecó, resultado alcançado em menos de um ano. "Fui a primeira titular. Cheguei após ser criada e ficar 10 meses sem um Juiz titular. A nossa meta para 2012 era justamente alcançar esta redução e atingimos em outubro. Há uma média de ingressos de 200 processos novos por mês em cada vara cível. É uma media bem alta, bem significativa", conta, evidenciando outra característica de sua personalidade: a inquietude.

Realizada profissionalmente, a Juíza elenca as adoções que teve a oportunidade de realizar como uma das grandes satisfações da Magistratura, além do trabalho como corregedora no Presídio de Xanxerê, onde o fato de ser mulher, ela garante, nunca foi um problema. "Tenho um profundo respeito pelo ser humano. E como corregedora, nunca passei por nenhuma situação de desrespeito por ser mulher. Sou contra qualquer forma de violência. Pois estamos falando de seres humanos, que, claro, cometeram um erro, mas que estão lá para serem tratados com dignidade e para terem seus direitos garantidos. Claro que quando você está lidando com

homens que estão encarcerados, tem que ter uma certa preocupação, até mesmo na maneira de se vestir. Mas eu aprendi que quando se trata com respeito, eles devolvem esse mesmo respeito", relata.

Apaixonada pela profissão, Maira é ponderada quando se trata dos aspectos negativos da profissão e garante que a Magistratura só lhe trouxe alegrias. "Nestes anos, nunca fui representada na corregedoria. Não revido ataques de Advogados. Acho que as pessoas têm direito de botar no papel aquilo que pensam. Não me sinto atingida. Sou bem profissional e não entro em conflito na hora de tomar a minha decisão", conta.

A Juíza elenca a coesão em seus veredictos, uma de suas características mais marcantes, aspecto que ela considera necessário para sobreviver no Poder Judiciário. "O Juiz tem que ser conciso, na medida do possível. Até para garantir agilidade na resolução dos processos. Eu entendo que o jurisdicionado vai ler a minha decisão e precisa entender. Então procuro ser clara e não muito técnica. A pessoa pode não concordar com a decisão, mas vai entender o que está escrito", justifica.

E mesmo com a demanda de trabalho que a Magistratura impõe, a Juíza garante que sobra tempo para administrar a vida pessoal e para as vaidades que toda a mulher tem, mas sem exageros. "Eu não sou só Magistrada, eu sou mulher também, mãe e esposa. E bastante coisa para administrar. Pratico atividades físicas regularmente, gosto de ler e de cinema. Normalmente, fora do trabalho, não gosto de nada que seja muito exaustivo, porque o trabalho consome muito", conta ela, que elege como desafio da magistratura, aprender a lidar com a solidão que o ato de julgar impõe. "Ainda que de forma meio tortuosa, estamos aprendendo a viver com nós mesmos. A Magistratura é uma profissão solitária, até porque o ato de julgar é muito solitário. É você com você mesmo", ensina.